



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

ATOrd 0121700-36.2006.5.02.0006

RECLAMANTE: JOSE ROBERTO DOURADO

RECLAMADO: RESPEC RECURSOS HUMANOS LIMITADA - ME E OUTROS (4)

**Editais de Leilão Judicial Unificado****6ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP****Processo nº 0121700-36.2006.5.02.0006**

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 02/07/2024, às 12:06 horas, através do portal da leiloeira Tatiana Paula Zani de Sousa - [www.liderleiloes.com.br](http://www.liderleiloes.com.br) serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: **JOSE ROBERTO DOURADO**, CPF: 054.396.858-80 , **exequente**, e **RESPEC RECURSOS HUMANOS LIMITADA - ME**, CNPJ: 02.744.942/0001-00; **SOCICAM ADMINISTRACAO PROJETOS E REPRESENTACOES LTDA**, CNPJ: 43.217.280/0001-05; **SAO PAULO TRANSPORTE S.A.**, CNPJ: 60.498.417/0001-58; **IVONE ARONE**, CPF: 006.312.838-11; **ANA PAULA ARONE**, CPF: 135.082.728-26 , executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

A Parte Ideal de 50% do IMÓVEL MATRÍCULA 1.646 Cartório de Registro de Imóveis de Mairiporã/SP. Inscrição Municipal nº 04391702 da Prefeitura Municipal de Mairiporã/SP. DESCRIÇÃO: IMÓVEL: "ALPES DA CANTAREIRA" LOTE 02 DA QUADRA B-2. SECÇÃO "II". O Lote de terreno 02 da quadra D-2, do loteamento denominado "ALPES DA CANTAREIRA", situado em zona urbana, deste distrito, município e comarca, que assim se descreve: mede 25 mts de frente para a Rua Dezessete digo Dezessete, 54 mts da frente aos fundos, do lado esquerdo de quem da rua olha para o terreno, onde confronta com o lote 1; 63 mts, do lado direito onde confronta com o lote 2 digo lote 3; 26 mts nos fundos onde confronta com os lotes 14 e 13, encerrando a área de 1.463,00 mts<sup>2</sup>, mais ou menos. OBSERVAÇÕES: 1) Certificou o oficial de justiça, que: "do ponto de vista registral, cumpre esclarecer que o imóvel em referência inicialmente era descrito na matrícula do RGI como "lote de terreno 02 da quadra D-2", mas, após modificação, passou a constar que ele se trata, hodiernamente, do "Lote de terreno 2, Quadra B-2". Atualmente, ele se encontra desocupado, apenas com vegetação nativa, sem construção verificada. O imóvel se situa em frente a Praça dos Pássaros, no loteamento denominado "Alpes da Cantareira", sendo certo que sua localização foi facilitada a partir de imagem aérea fornecida pela Municipalidade" (Id:

3bec193); 2) Não há débitos de condomínio até a data de 21/02/2024; 3) Consignou em despacho a Exma Juíza da 6ª VT de São Paulo, que: "... o arrematante/adjudicante é isento, conforme Ato nº 10/CGJT, de 19 de agosto de 2016, que alterou o artigo 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, in verbis: "Art. 78. Ao determinar a alienação de bem, deverá o magistrado fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do art. 886 do CPC, a isenção do arrematante/alienante dos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa (art. 130, parágrafo único, do CTN)" (Id: 756bb27); 4) Há indisponibilidade; 5) Há outra penhora. Valor Total da Avaliação da Parte Ideal de 50% do Imóvel em R\$ 132.840,50 (cento e trinta e dois mil e oitocentos e quarenta reais e cinquenta centavos.

Local dos bens: Lote de terreno 2, Quadra B-2, SECÇÃO "II" frente para a Rua Dezessete - Loteamento Alpes da Cantareira - atualmente em frente a Praça dos Pássaros - Mairiporã/SP

Total da avaliação: R\$ 132.840,50 (cento e trinta e dois mil e oitocentos e quarenta reais e cinquenta centavos

Lance mínimo do leilão: 40%

Leiloeira Oficial: Tatiana Paula Zani de Sousa

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: cliente@liderleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja credor no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta

por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

g) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

h) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão

Visitação dos bens: as 9:00 às 18:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT.

SAO PAULO/SP, 01 de abril de 2024.

**JOAO CARLOS DA VEIGA**  
Servidor



Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS DA VEIGA - Juntado em: 01/04/2024 14:47:19 - 63c12f1  
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24040114471695400000341424603?instancia=1>  
Número do processo: 0121700-36.2006.5.02.0006  
Número do documento: 24040114471695400000341424603